

KUPFER, D. Missão Comprida. *Valor Econômico*, Rio de Janeiro, 13/10/2015. Disponível em: <https://valor.globo.com/opiniaao/coluna/missao-comprida.ghtml>

Missão Comprida

13/10/2015

Sob todos os pontos de vista, é inaceitável o retrocesso político que o Brasil está experimentando. Não está se falando aqui da instância político-partidária, pois sobre essa sequer se pode assegurar que tenha realmente havido algum progresso nos últimos anos. Está se falando da verdadeira política, aquela com P maiúsculo, que rege a capacidade de uma nação pactuar seus princípios fundamentais de tomada de decisão sobre a coisa pública.

O retrocesso político evidencia-se na quebra de um consenso tão fortemente estabelecido que se julgava irreversível. E qual é esse consenso? No plano diagnóstico, a constatação de que a pobreza não é exclusivamente determinada pelo padrão perverso de distribuição de renda que historicamente se construiu no país, mas também pelas assimetrias no acesso às oportunidades de inserção econômica e social. No plano propositivo, a ideia de que pobreza e desigualdade devem ser enfrentadas por meio de políticas redistributivas ativas e não somente pela via dos efeitos positivos associados ao crescimento econômico.

Em outras palavras, esse consenso político expressava a ruptura com a “teoria do bolo”, que era tradicional no Brasil, segundo a qual é necessário primeiro crescer para depois distribuir. Se o Brasil, dado o seu nível de riqueza agregada, tem muito mais pobres do que seria esperado, a redução dos níveis de pobreza tende a ser mais sensível a políticas sociais inclusivas do que ao crescimento do PIB per capita. Simples assim.

A inclusão se dá nos direitos substantivos, nas capacitações, na empregabilidade, naquilo que dá autonomia

No entanto, o Brasil está experimentando uma transição sócio-econômica muito lenta, mas muito profunda. O regime de inclusão econômica e social pelo trabalho, de acesso restrito à parcela relativamente pequena da população formalmente empregada, criado pelo Vargasismo ainda na primeira metade do século passado, está sendo substituído por um regime de inclusão pela cidadania, aberto a todos, a partir dos direitos universais conferidos pela Constituição de 1988.

Uma das mais nítidas manifestações dessa transição surge nos caminhos – ou talvez descaminhos - enfrentados pelo modelo de política social adotado no país. O sistema de seguridade brasileiro foi desenhado pela própria Constituição como contributivo no seu financiamento e universalista no seu acesso. No entanto, está transitando para um sistema não contributivo (bolsa família, benefícios de prestação continuada, etc.) e mais mercantilizado, incluindo um crescente espaço para a financeirização do acesso (ainda mais nítido em habitação popular, educação superior e outros).

Embora mais rápida e abrangente, a opção pela inclusão via crédito traz contradições, expressas na crescente dependência de pujança econômica, que implicam o questionamento

do consenso anterior.

Uma linha de questionamento, mais economicista, atribui a necessidade da guinada na política ao descontrole fiscal, fragilização institucional, corrupção, enfim, algo como a “maldição dos recursos naturais” que teria se abatido sobre o país. Seriam problemas típicos de países petrolíferos que o Brasil estaria enfrentando. Mesmo sem nunca ter sido um deles! A percepção de que as rendas do petróleo seriam virtualmente inesgotáveis levaram a opção por um relaxamento fiscal inconsistente com a real capacidade suportada pelas finanças públicas no presente.

Com a expectativa de pujança econômica, o governo viu-se tentado a abandonar a via lenta e difícil da inclusão pela universalização dos serviços sociais e buscar a via rápida da injeção de renda na economia e da consequente criação de mercados de bens de consumo e de serviços sociais via crédito. Com a perda de dinamismo da economia brasileira que decorreu do encerramento do ciclo de bonança das commodities a partir de 2011, essa estratégia entrou em cheque. Daí surgiria o imperativo em se rever a política social.

Uma segunda linha, mais sociológica, associa a quebra do consenso a uma manifestação do que o economista Albert Hirschman certa vez denominou “efeito túnel”, através do qual pode-se explicar porque quando todos logram melhorias nas suas respectivas situações, não pareça problemático que uns melhorem mais do que outros. Na reversão cíclica pós 2011, contudo, esta solidariedade de ocasião desmoronou, pondo a nu a desarticulação econômica, social e política ainda prevalecente na sociedade brasileira e levando a explosão dos conflitos represados durante os períodos de crescimento mais acelerado dos anos anteriores. O conceito de desarticulação econômica e social ressurge, então, como uma nova roupagem para as idéias de dualidade e heterogeneidade estrutural, sempre presentes na reflexão sobre o crescimento econômico na periferia capitalista, e que, por isso mesmo, constituem a espinha dorsal da tradição latinoamericana de pensar o desenvolvimento. Com isso, o crescimento se impõe como fator de apaziguamento social. Volta-se ao mote crescer primeiro para depois distribuir.

Os grandes pensadores da justiça social sempre enfatizaram a importância de não se confundir desigualdade de renda com desigualdade socioeconômica. A inclusão promovida somente pelo acesso ao consumo, ainda mais quando apoiada em crédito, dificilmente é sustentável. A inclusão se dá nos direitos substantivos, nas capacitações, na empregabilidade, naquilo que pode proporcionar autonomia ao trabalhador. As dificuldades conjunturais não podem e não devem quebrar o consenso da inclusão social. No infundável vai e vem da política brasileira, longe de missão cumprida, trata-se de missão cumprida.

Muito cumprida.

David Kupfer é diretor do Instituto de Economia da UFRJ e pesquisador do Grupo de Indústria e Competitividade (GIC-IE/UFRJ). Escreve mensalmente às segundas-feiras. E-mail: gic@ie.ufrj.br.